PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443 – CENTRO – UNIÃO – PI
CNPJ: 06.553.606/0001-30
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

CONTRATO

CONTRATO Nº 142/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2021
REFERÊNCIA: Pregão Presencial nº 021/2021
Sistema de Registro de Preços

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS, BOMBAS, MOTORES E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NOS POÇOS E SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI. FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 10.520/02.

O Município de União – PI, inscrito no CNPJ sob o nº 06.553.606/0001-30, situado na Praça Barão de Gurguéia, 443, Centro, União - Piauí, , doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representadopor Gustavo Conde Medieros, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade n° 239.398, expedida pela SSP/PI, inscrita no CPF/MF sob o nº 218.123.813-87; e a empresa **SAMPAIO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.839.369/0001-79 com sede na Rua Anfrísio Lobão, nº 1869, bairro Jockey Club, CEP 64049-280, em Teresina - PI, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente TERMO DE CONTRATO, que será regido nos termos da Lei nº 8.666, de 21.06.93, suas alterações e demais normas pertinentes, no que couber, em decorrência do PREGÃO nº 021/2021- PMU, conforme o Processo Administrativo nº 073/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
Constitui objeto do presente instrumento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS, BOMBAS, MOTORES E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NOS POÇOS E SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI.**

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DO PAGAMENTO
2.1. O valor total deste Contrato é R$ 184.890,00 (cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais) conforme proposta financeira apresentada.

LOTE II - BASES PARA CAIXA D'ÁGUA E SUAS INSTALAÇÕES						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QTD	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
53	BASE DE CONCRETO P/ CX. AGUA 10.000L	A.S	UND	4	R$ 4.018,00	R$ 16.072,00
54	BASE DE CONCRETO P/ CX. AGUA 15.000L	A.S	UND	1	R$ 4.115,00	R$ 4.115,00
55	BASE DE CONCRETO P/CX. ÁGUA 5.000L	A.S	UND	12	R$ 2.700,00	R$ 32.400,00
56	SERVIÇO DE INSTALAR DE BASE DE CONCRETO P/CX. ÁGUA 10.000L	-	UND	4	R$ 950,00	R$ 3.800,00
57	SERVIÇO DE INSTALAR DE BASE DE CONCRETO P/CX.ÁGUA 15.000L	-	UND	1	R$ 900,00	R$ 900,00
58	SERVIÇO DE INSTALAR DE BASE DE CONCRETO P/CX. ÁGUA 5.000L	-	UND	12	R$ 10.713,00	R$ 10.713,00
LOTE III - BOMBAS						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QTD	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
59	BOMBA SUBMERSÍVEL ANAUGER 6", 220V	ANAUGER	UND	5	R$ 550,00	R$ 2.750,00

60	BOMBA SUBMERSÍVEL ANAUGER ECCO, 220V	ANAUGER	UND	5	R$ 315,00	R$ 1.575,00
61	MOTOBOMBA SUB.P/VZ 2000L/3000L 40MCA 0,75CV 220v	EBARA	UND	7	R$ 1.170,00	R$ 8.190,00
62	MOTOBOMBA SUB.P/VZ.2000L / 3000L 48MCA 1CV 220v	KSB	UND	8	R$ 1.242,00	R$ 9.936,00
63	MOTOBOMBA SUB.P/VZ.3000L / 5000L 60MCA 1,5CV 220V	EBARA	UND	8	R$ 1.450,00	R$ 11.600,00
64	MOTOBOMBA SUB.P/VZ.3000L / 5000L 68MCA 2CV 220	EBARA	UND	3	R$ 1.709,00	R$ 5.127,00
65	MOTOBOMBA SUB.P/VZ.8000L / 10000L 60MCA 3CV 220V	EBARA	UND	1	R$ 2.170,00	R$ 2.170,00
66	MOTOBOMBA SUB.P/VZ 2000L / 3000L 40MCA 1CV 380V	KSB	UND	5	R$ 1.170,00	R$ 5.850,00
67	MOTOBOMBA SUB.P/VZ.3000L / 5000L 68MCA 2CV 380V	EBARA	UND	5	R$ 1.170,00	R$ 5.850,00
68	MOTOR SUB. 0,75CV 220V MONO	EBARA	UND	5	R$ 810,00	R$ 4.175,00

69	MOTOR SUB. 1,0CV 220V MONO	EBARA	UND	5	R$ 835,00	R$ 4.175,00
70	MOTOR SUB. 1,5CV 220V MONO	EBARA	UND	5	R$ 982,00	R$ 4.910,00
71	MOTOR SUB. 2,0CV 220V MONO	EBARA	UND	5	R$ 1.195,00	R$ 5.975,00
72	MOTOR SUB. 3CV 220V MONO	EBARA	UND	5	R$ 1.570,00	R$ 7.850,00
73	MOTOR SUB. 1,0CV 380V TRIF	EBARA	UND	5	R$ 850,00	R$ 4.250,00
74	MOTOR SUB. 1,5CV 380V TRIF	EBARA	UND	5	R$ 930,00	R$ 4.650,00
75	MOTOR SUB. 2,0CV 380V TRIF	EBARA	UND	5	R$ 1.129,41	R$ 5.647,05
76	BOMBEADOR SUB. VAZAO 2000/3000L 40MCA	KSB	UND	5	R$ 491,99	R$ 2.459,95
77	BOMBEADOR SUB. VAZAO 2000/3000L 60MCA	EBARA	UND	5	R$ 650,00	R$ 3.250,00
78	BOMBEADOR SUB. VAZAO 3000/5000L 68MCA	EBARA	UND	5	R$ 650,00	R$ 3.250,00
79	BOMBEADOR SUB. VAZAO 3000/5000L 68MCA	EBARA	UND	5	R$ 490,00	R$ 2.450,00
80	BOMBEADOR SUB. VAZAO 8000/10000L 60MCA	EBARA	UND	5	R$ 805,00	R$ 4.025,00
LOTE VI - FERRAMENTAS						

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QTD	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
103	CHAVE GRIFFO 14	VONDER	UND	5	R$ 130,00	R$ 650,00
104	CHAVE GRIFO N° 24	VONDER	UND	5	R$ 210,00	R$ 1.050,00
105	TORNO ENCANADOR N°4	METALSUL	UND	5	R$ 390,00	R$ 1.950,00
106	TORNO ENCANADOR N°6	METALSUL	UND	5	R$ 650,00	R$ 3.250,00

2.1.1. Estão inclusos nos preços todos os impostos e taxas incidentes sobre a prestação de serviço.
2.2. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do valor dos serviços prestados, mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do objeto eatesto da Nota Fiscal, nos termos da Cláusula Quarta deste contrato, para a consequente aceitação e liquidação prevista na Lei nº 4.320/94. Eventuais despesas bancárias correrão a cargo daCONTRATADA.
2.3 O prazo de pagamento de que trata o item acima poderá ser postergado por motivo de caso fortuito ou de força maior.
2.4. Os pagamentos processados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigaçõese responsabilidades vinculadas ao fornecimento do material/serviço, em especial àquelas relacionadascom a qualidade e a garantia.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA EXECUÇÃO FINANCEIRA
3.1 Os recursos para pagamento do objeto constante do presente contrato, correrão por conta dos seguintes recursos financeiros: **FONTE DE RECURSO: Recursos Próprios e Outros.**

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES
4.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

A CONTRATADA, além das obrigações previstas no Anexo I do Edital, referente a este contrato, deverá:
a) Efetuar o fornecimento ora contratado, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da emissão de ordem de serviço;
b) Manter, durante o período de vigência, todas as condições que ensejaram a sua habilitação no procedimento licitatório;
c) Aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários,no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor deste Contrato;
d) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução de serviços necessários a consecução dos bens, tais como, salários, seguros de acidente, taxas, impostose contribuições, tais como INSS, FGTS entre outras, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, e, outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
e) Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo, ou reduzindo essaresponsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior.

f) Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da Contratante; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior.

g) Repassar à Administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência da garantia dos bens eserviços e consequentemente do contrato, todos os preços e vantagens ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados no Pregão; obedecidos o comportamento do mercado, os termos contratuais e o equilíbrio financeiro do contrato

h) Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

i) Deverá providenciar junto ao Conselho Pertinente, quando for o caso, as Anotações de Responsabilidade e outros instrumentos, acompanhamento e fiscalização durante toda a execução dos serviços, responsabilizando-se ainda pelo acompanhamento nos órgãos nos assuntos pertinentes ao objeto.

j) Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;

k) Guardar sigilo absoluto e não fazer uso das informações que porventura venha a ter conhecimentono desempenho de suas atividades relativas ao contrato, sob pena de ressarcir à CONTRATANTE de todo e qualquer prejuízo ocasionado pela divulgação ou uso da informação; salvo em caso de quebra de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária

l) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;

m) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos nalegislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

4.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com ascláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

b) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas naprestação do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

c) Utilizar os bens em condições normais e adequadas para a prestação do serviço.

d) Pagar o preço ajustado mediante a apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal e Recibo correspondente ao período vencido, no prazo estabelecido neste instrumento;

e) Permitir aos empregados da Contratada, desde que identificados e incluídos na relação de pessoasautorizadas, o acesso às dependências das unidades para execução do objeto do presente contrato;

f) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelosempregados da CONTRATADA;

g) Assegurar-se do bom desempenho dos materiais e equipamentos, bem como a prestação dos serviços referente a garantia do objeto do presente contrato, verificando sempre o seu bom desempenho;

h) Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais empresas compatíveis com o objeto do Edital, de forma a garantir que

continuem a ser os mais vantajosos para a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI ;

i) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da manutenção e prestação dos serviços referente a garantia dos bens, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Contratante, não deve ser interrompida;

j) Acompanhar e fiscalizar o recebimentos dos materiais;

CLÁUSULA QUINTA: DO FORNECIMENTO

5.1. No ato do fornecimento dos produtos serão verificadas as condições cotadas na proposta apresentada as quais deverão estar de plena conformidade com a mesma, sob pena de não aceitação.

5.2. Caso a empresa vencedora não tenha condições de fornecer os produtos da ordem de fornecimento, deverá enviar termo de desistência até o término do prazo estabelecido nos termos doitem 4.1 do presente contrato.

5.2.1. O não cumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a Administração / PMU enviará o *termo de desclassificação*, efetuando a prestação do serviço licitado com a próxima licitante classificada.

5.2.2. Dependendo o tipo de Processo licitatório (global ou por item) a desclassificação ou desistência da empresa poderá ser total ou somente para os itens constantes da ordem de fornecimento,conforme o caso.

5.2.3. O material/serviço deve estar disponível/ser prestado dentro do município de União-PI, para recolhimento por parte desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA: DA ACEITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização do cumprimento deste Contrato será feita por servidor designado da PMU.

6.2. A fiscalização e aceitação de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA com relação aos itens fornecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA –DA REVISÃO E DA REPACTUAÇÃO

7.1. Quanto a Revisão, este fica impedido pelo período de 01 (um) ano, admitindo após este período,como espécie de repactuação contratual, obedecendo ao previsto no Decreto Estadual 14.483/2011, arts. 43 a 50-C (seção VIII do capítulo I do Decreto Estadual 14.483/11).

7.2. Quanto a Repactuação, esta poderá ocorrer a do valor contratado e/ou registrado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da prestação dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

7.3. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela

CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito aoprincípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datasdiferenciadas, e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço/objeto

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogável até 1 (um) ano, desde que não ultrapassado o prazo de 2 (dois)anos e o prazo da ata de registro de preços, observadas cumulativamente as seguintes condições:

a) O preço registrado continue mostrando-se mais vantajoso, conforme comprovação por pesquisa de preços ou consulta a registros de preços de órgãos federais;

b) O fornecedor que tenha preço registrado concorde com a prorrogação e manutenção das condições iniciais da proposta, inclusive preço;

c) A intenção da prorrogação manifestada no período de sua vigência e a publicação do aditivo noprazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

d) A quantidade de bens ou serviços objeto da prorrogação ser apenas o saldo remanescente da ata,não se restabelecendo os quantitativos inicialmente fixados na licitação.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

9.1. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal,ficará impedida de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI, pelo prazo de até 5 (cinco) anos,garantida a ampla defesa, e sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9.2. As penalidades administrativas aplicáveis à contratada, previstas nos arts. 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos bens e/ou serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante observando os seguintes percentuais:

a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e

b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limitecorrespondente

a 30 (trinta) dias e;

c) de 1,0 (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º dia (trigésimo primeiro dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a contratante rescindirá o contrato correspondente,aplicando à contratada as demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

9.4. Será aplicada a multa de 1,5% (um e meio por centro) sobre o valor da contratação, quando a contratada:

a) prestar informações inexatas ou obstaculizar o acesso à fiscalização da contratante, no cumprimentode suas atividades;

b) desatender às determinações da fiscalização da contratante; e

c) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

9.5. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a contratada:

a) executar os serviços em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessária, às suas expensas;

b) não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha causar danos à contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

c) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

9.6. Advertências

a) a aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a.1) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratóriaou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

a.2) execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

a.3) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

9.7. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

a) o impedimento de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI pode ser aplicada aos licitantese contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execuçãodo contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias da data do recebimento da intimação;

b) a penalidade de impedimento de licitar e contratar nos seguintes prazos e situações:

b.1) por 01 (um) ano nos seguintes casos:

b.1.1) atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI;

b.1.2) execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção deadvertência.

b.2) de 01 (um) até 03 (três) anos:

b.2.1) quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante;

b.2.2) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame;

b.2.3) ensejar o retardamento da execução do seu objeto;

b.2.4) não manter a proposta.

b.3) por mais de 03 (três) até 05 (cinco) anos, quando a contratada:

b.3.1) não concluir os bens/serviços contratados;

b.3.2) falhar ou fraudar a execução do contrato ou com qualquer outra irregularidade, contrariando disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pelacontratante;

b.3.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ou cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração doprocedimento licitatório;

c) independentemente das sanções advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com o Estado do Piauí, a licitante ou contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a contratada propor que seja responsabilizada:

civilmente, nos termos do Código Civil;

c.1) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

c.2) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

9.8. Nenhum pagamento será feito ao executor dos serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontado de seus haveres.

9.9. As sanções serão aplicadas pelo MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI, após garantida prévia e ampla defesa àcontratada, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 daLei Federal nº 8.666/93.

9.10. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9.11 Das decisões de aplicação das penalidades, caberá recurso nos termos do inciso XVII do art. 4º daLei 10.520/02 c/c art. 109 da Lei federal nº 8666/93, observados os prazos fixados no primeiro diploma;

9.12 Os recursos devem ser dirigidos a maior autoridade da unidade que praticou o ato recorrido, protocolizados, nos dias úteis, no horário de expediente normal.

9.13. Serão conhecidos os recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, desde que, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial originalseja devidamente protocolizada no órgão competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1.A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.2 A rescisão do Contrato poderá ser:

10.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

10.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;

10.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

10.3.A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10.4.Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, asseguradoo contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO

11.1. O extrato deste instrumento será publicado no Diário Oficial dos Municípios, até o quinto dia útildo mês subseqüente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1. Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, compete o Foro da Justiça Comum de União –PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2. Para firmeza e como prova de haver entre si, justos e acordados, é lavrado o Contrato em 02(duas) vias de igual teor e valia, assinadas pelas partes e por 02 (duas) testemunhas.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos nos termos da Lei nº 8.666/93.

União-PI – 17 de junho de 2021.

Gustavo Conde Medeiros
CONTRATANTE
Prefeito Municipal de União/PI

SAMPAIO COMÉRCIO DE
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
- ME
CONTRATADA